

# *O atletismo feminino brasileiro sob a ditadura civil-militar: novos obstáculos e caminhos\**

Cláudia Maria de Farias\*\*  
Universidade Federal Fluminense

**Resumo:** O trabalho reafirma a importância dos estudos de gênero para a compreensão dos processos históricos contemporâneos através dos quais se deram a inserção, a permanência e a ampliação da participação das mulheres no campo esportivo brasileiro, entre os anos 1960 e 1970. Nesse sentido, são examinadas as múltiplas intersecções do gênero com outros componentes de diferenciação social, como classe, raça/etnia e geração, para a reconstrução das experiências e sensibilidades que marcaram as carreiras e trajetórias de algumas mulheres do atletismo brasileiro durante a vigência da ditadura civil-militar no país.

**Palavras-chave:** atletas negras; atletismo feminino brasileiro; relações de gênero e esportes; emancipação feminina; ditadura civil-militar

**El atletismo femenino brasileiro bajo la dictadura civil militar:**  
*nuevos obstáculos y caminos*

**Resumen:** Este trabajo reafirma la importancia de los estudios de género para la comprensión de los procesos históricos contemporáneos a través de los cuales se han dado la inserción, la permanencia y la ampliación de la participación de las mujeres en el campo deportivo brasileño, entre los años 1960 y 1970. En ese sentido, se han examinado las múltiples intersecciones del género con otros componentes de diferenciación social, como clase, raza/etnia y generación para la reconstrucción de las experiencias y sensibilidades que marcaron las carreras y trayectorias de algunas mujeres del atletismo brasileño durante la vigencia de la dictadura civil militar en el país.

**Palabras clave:** atletas negras; atletismo femenino

*brasileño; relaciones de género y deportes; emancipación femenina; dictadura civil militar*

**Brazilian Female Athleticism under the Civil-Military Dictatorship:**  
*New Obstacles and Pathways*

**Abstract:** This paper reaffirms the importance of gender studies for the understanding of the contemporary historical processes by which the insertion, the permanence and the extension of women's participation in the Brazilian sports, between the years 1960 and 1970. In this sense, it examines the multiple intersections of gender with other components of social differentiation, such as class, race/ethnicity and generation, for the reconstruction of the experiences and sensibilities that marked the careers and trajectories of some women of the Brazilian female athleticism during the civil-military dictatorship in force in the country.

**Key words:** black athlete women; Brazilian female athleticism; gender and sports relations; female emancipation; civil-military dictatorship

Este artigo é parte integrante da minha tese de doutorado sobre a projeção e emancipação social das mulheres brasileiras nos esportes, entre 1932 e 1979. Meu objetivo principal foi investigar como se realizaram, em diversas conjunturas políticas, a construção, a partilha e os deslocamentos das desigualdades de gênero no campo esportivo. Nesse sentido, examinei as colocações, mobilizações e os investimentos articulados pelas atletas brasileiras

\*Este artículo es parte integrante de la investigación realizada para la tesis de doctorado de la autora "Proyección y emancipación social de las mujeres brasileiras en los deportes, entre 1932 y 1979". La investigación se inició en marzo de 2008 y se terminó en marzo de 2012. **Recibido el 21 de mayo, aceptado el 8 de junio.**

\*\*Investigadora del Núcleo de Pesquisas y Estudios en Historia Cultural (NUPEHC) del Programa de Postgrado en Historia de la Universidad Federal Fluminense (UFF). Doctora en Historia Social, tesis doctoral "Sueños, luchas y conquistas: proyección y emancipación social de las mujeres brasileiras en los deportes, 1932-1979" de la UFF. Maestría en Historia social de la UFF. Entre sus publicaciones encontramos el libro *Febre esportiva: esporte náutico e modernidade no Rio de Janeiro (1895-1914)*, Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2012, así como numerosos artículos y capítulos de libros. E-mail: [cdfarias@ig.com.br](mailto:cdfarias@ig.com.br)

em busca da igualdade de oportunidades e direitos num território notadamente masculino, levando em consideração suas múltiplas identidades sociais.

Antes de iniciarmos, contudo, é preciso ressaltar que, em diferentes momentos da história republicana do Brasil, as relações entre política e esporte já tinham sido evidenciadas. Não raro, no pós-30, o futebol surgiu como síntese otimista do país; expressão da nacionalidade e símbolo de um futuro feliz. Outras vezes, ocorria o contrário. E a mestiçagem brasileira, tão valorizada nos campos de futebol por meio da ginga, malícia e dos dribles infernais do *scratch* nacional, tornava-se motivo da descrença e infelicidade do país, como no campeonato mundial de 1950, realizado no Brasil. Diante da derrota para o Uruguai, no gigante estádio Maracanã, recém-construído e lotado por cerca de quase 200 mil espectadores, o abatimento do país foi visível. Como explicar tal tragédia? À frustração nacional que se seguiu, se elegeram alguns culpados: o goleiro Barbosa, o zagueiro Juvenal e o lateral-esquerdo Bigode. Não por acaso, três jogadores negros. Até a hora de sua morte, Barbosa levaria consigo essa mágoa. De acordo com Hilário Franco Júnior, em “A dança dos Deuses”, “o problema da raça brasileira reaparecia de forma aguda, reforçando o complexo de inferioridade existente. Para muitos discursos racistas, a composição étnica havia definido a sorte da própria sociedade. Mesmo sabendo-se que Obdulio Varela, o grande capitão uruguaio e destaque do jogo final, era mulato” (Franco Júnior, 2007, p. 91)

Em 1954, não foi muito diferente. O clima de instabilidade política, vivido no segundo governo Vargas, se refletiu no futebol brasileiro. A tristeza pela perda de mais uma Copa do Mundo se intensificou com a morte trágica de Vargas. Assim como a Nação ficou órfã, sem seu principal líder, a seleção brasileira também ficou perdida. Entre 1954 e 1956, o Brasil teve cinco presidentes: Getúlio Vargas, Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek. De forma semelhante, o selecionado de futebol do país teve cinco treinadores, no mesmo período: Zezé Moreira, Vicente Feola, Flávio Costa, Oswaldo Brandão e José Francisco Duarte Júnior (Franco Júnior, 2007, p. 130). Porém, a conquista da Copa de 1958 e do bicampeonato de futebol mundial, quatro anos depois, em meio à mobilização do

governo João Goulart pelas reformas de base, selou o prestígio do futebol brasileiro perante as potências do mundo naquela época. Porém, a queda do presidente Goulart, em 31 de março de 1964, por meio de um golpe civil-militar, alterou profundamente os rumos do esporte no Brasil, sobretudo no tocante às relações de gênero.

Sob o comando do general Eloy de Menezes, o Conselho Nacional de Desportos (CND) não só ratificou o artigo 54, do decreto lei n. 3199, de 14 de abril de 1941, como instituiu novas modalidades esportivas proibidas às mulheres, além daquelas já existentes. Através da Deliberação n. 7, editada em 1965, decretou-se o seguinte: “não ser permitida às mulheres a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, rugby, halterofilismo e baseball”. Indubitavelmente, as distâncias observadas entre o normativo e o vivido eram grandes, como nos mostra a matéria publicada no suplemento do *Jornal dos Sports*, referente aos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, Canadá, realizados em 1967. Nela, se destacava o *empoderamento* de algumas atletas brasileiras, o que lhes possibilitava ultrapassar as sanções impostas no espaço esportivo. No caso em questão, discutia-se a participação da meio fundista Irenice Maria Rodrigues, atleta negra do Fluminense Futebol Clube, na prova dos 800m – proibida às mulheres brasileiras, de acordo com as diretrizes do CND –, às vésperas dos Jogos de Winnipeg:

La meio fundista Irenice Maria Rodrigues, atleta do FFC, que sábado último melhorou em 6s e 3décimos sua marca sul-americana dos 800m rasos – feito por ela repetido pela segunda vez – não havia sido cogitada para se tornar a única corredora do Brasil nesta difícil prova que hoje ainda é o tema principal de reuniões da medicina esportiva de todo mundo. Sua adaptação à difícil prova durou 5 meses, graças aos esforços do seu técnico Genario Simões e do Dr. Renato, encarregado de estudar as possibilidades físicas de Irenice para uma prova de tamanha envergadura para o sexo feminino (*Jornal dos Sports*, 1967, p.2).

Em seguida, a reportagem descrevia a obstinação de Irenice Rodrigues para provar sua capacidade física em modalidades de “reserva masculina”,

ao relatar que o talento da meio fundista se revelara “numa competição de natureza extra, promovida pela Federação de Atletismo do Rio de Janeiro, quando estabeleceu o novo recorde carioca com o tempo de 2m, 19s e 8d. Chegou ao recorde continental durante a eliminatória final, processada pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) para a formação da equipe de atletismo” (Jornal dos Sports, 1967, p.2). Com certeza, a mencionada competição esportiva – de “natureza extra” – se constituía num indício das pressões exercidas por algumas mulheres do atletismo, somadas ao trabalho e esforços de alguns homens (técnicos e médicos), em busca do fim das restrições à prática esportiva feminina em provas atléticas.

Outros fatores, somados a esse, pareciam igualmente gerar tensões e conflitos no campo esportivo, assumindo caráter mais agudo, às vezes. Fato que pode ser comprovado pela ocorrência de um “movimento grevista entre atletas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Guanabara contra os desmandos do COB” (Jornal dos Sports, 1967, p. 2). Embora as informações sobre o motivo da greve não tenham sido relatadas pelo *JS*, sabemos que Irenice Rodrigues fez parte dela. Ao se organizar coletivamente e se opor ao COB, a atleta demonstrava não corresponder ao comportamento obediente desejado por muitos dirigentes militares naquela época, aspecto que marcou sua trajetória esportiva, conforme poderemos ver mais adiante. Como reflexo das lutas feministas travadas nessa conjuntura pela plena assunção do corpo e do empoderamento das mulheres no espaço esportivo, Irenice bateu seu recorde sucessivamente na prova dos 800m rasos. Seu comportamento político transgressor, inscrito no corpo, fez com que médicos brasileiros, frequentemente contrários a essa modalidade esportiva feminina, repensassem sua decisão e pensamentos:

Encerrado o movimento grevista, a atleta conseguiu o tempo de 2m, 16s e 7d na pista da associação paulista Esporte Clube Pinheiros, numa tarde fria. Logo depois, ela obteve um resultado melhor: 2m, 15s e 1d. Porém, a conquista não pôde ser homologada, pois ocorrera um ‘handicap’. Mais tarde, com uma temperatura de 22 graus, chuvas e ventos fortes, além da pista pesada da Gávea, Irenice fez o percurso em 2m, 10s e 4d, três décimos acima

do recorde pan-americano da canadense Alicia Kaufman (*Jornal dos Sports*, 1967, p. 2).<sup>1</sup>

A performance esportiva cada vez melhor de Irenice, na prova de 800 m, obrigou o médico da delegação brasileira Waldemar Areno, já conhecido por seus artigos contrários às competições atléticas femininas de longa distância, grande força e resistência, nos anos 40, a reconhecer a capacidade física da atleta: “se ela tivesse a felicidade de ter sido treinada três meses antes da competição, obedecendo a um plano de trabalho que a sua prova requer, não tinha dúvidas de que a mesma chegaria fácil a um tempo abaixo de 2m, 9s. Mas ainda assim via grandes possibilidades da mesma obter tal resultado em Winnipeg” (Jornal dos Sports, 1967, p. 2). Em seguida, a matéria divulgada pelo *JS* relatava que os testes de Irenice faziam parte dos estudos e experiências feitas por Areno com atletas brasileiros, já nas Olimpíadas de Tóquio, realizados em 1964, visando dar uma palavra final sobre o assunto, uma vez que o médico pertencia à Comissão instalada na América do Sul para tratar de casos dessa natureza. Nesse sentido, Waldemar Areno afirmava: “creio que Irenice poderá nos obrigar a dar uma guinada de 180 graus na minha posição, porque demonstrou resistência incomum para esse tipo de percurso” (*Jornal dos Sports*, 1967, p. 2).

A necessidade de Areno explicitar seu ponto de vista machista, frisando a “resistência incomum” de uma mulher nessa prova – fato bastante contestável, já que o desempenho e o alto rendimento das atletas dependem, acima de tudo, do treinamento e desenvolvimento de suas habilidades técnicas e potencialidades físicas, como ele mesmo reconheceu –, revelava como a consciência de gênero corporificada por Irenice cotidianamente era bastante desafiadora, ainda mais se considerarmos a desconfiança com a qual o regime militar encarava qualquer forma de resistência e manifestação individual ou coletiva. Ao narrar sua história brevemente para o *Jornal dos Sports*, a atleta deixou claro que não se conformava com a indiferença masculina, os empecilhos e

<sup>1</sup> Vale esclarecer que o handicap é a junção de fatores favoráveis ao atleta numa determinada prova. A ocorrência de alguns handicaps pode invalidar a conquista de uma atleta. No caso em questão, a matéria do *Jornal dos Sports* não mencionou quais os motivos para o não reconhecimento do resultado de Irenice.

as discriminações impostas no dia a dia dos treinamentos e competições como forma de inferiorizar as mulheres. Revelando sua percepção subjetiva e política da dimensão privada, bem como evidenciando os matizes que as formas de poder assumem na vida cotidiana e nos diversos aspectos das relações sociais, de acordo com as questões feministas colocadas entre as décadas de 1960 e 1980, apontadas por (Varikas, 1997, p.67), Irenice Rodrigues relatou as alegrias e tristezas que teve no atletismo, principalmente quando se tornou atleta do Botafogo, após ser campeã carioca pelo Vasco. Ao consagrar-se tricampeã pelo alvinegro carioca, integrar a seleção do estado do Rio de Janeiro e a do Brasil, Irenice desabafou e confessou os momentos de decepção que viveu no clube, quando pediu auxílio ao Diretor Geral de Esportes, José Maria Cavalcante:

Ele que já me conhecia de outras oportunidades, limitou-se a indagar quem era eu. Confesso que tive vontade de chorar na hora. Além do mais, sentia que o clube faltava com o apoio que devia dar aos seus atletas. Nunca me esqueci que no dia em que conquistamos o tricampeonato, não encontramos um diretor na sede ou no Mourisco para dar felicitações. Depois, cortaram o lanche e até o refresco que já era tradição após o treinamento! (*Jornal dos Sports*, 1967, p. 2).

Por fim, Irenice Rodrigues, recordista sul-americana, assumia uma posição de liderança e falava em nome de outras mulheres negras do atletismo brasileiro, enaltecendo-as: “o COB poderia ter convocado Silvina Pereira, do Botafogo, e Adília do Rosário, do Flamengo, já que ambas possuem méritos e tempos que as credenciam para uma grande apresentação em Winnipeg”. Para Irenice, “Silvina, Adília e Aída dos Santos são as maiores atletas dos últimos cinco anos surgidas no atletismo!” (*Jornal dos Sports*, 1967, p. 2). Indignada com o desprezo, desrespeito e abuso de poder dos clubes e do próprio COB, em relação às condições de vida e treinamento de muitas atletas negras e pobres, cujos feitos e potencialidades não eram devidamente reconhecidos pelos dirigentes esportivos do país – quem sabe, uma das razões do movimento grevista articulado contra o Comitê Olímpico, do qual fez parte – Irenice não abriu mão de expor seu descontentamen-

to; de expressar publicamente seu (res)sentimento, mesmo sabendo dos riscos que corria em tempos de exceção, confirmando as suspeitas de Ansart (2004, 15-36) acerca das revoltas dos dominados diante do poder autoritário dos dominantes e vice-versa.

Às críticas de Irenice, outras se sucederam. O próprio Adhemar Ferreira da Silva – bicampeão do salto triplo, nas Olimpíadas de 1952 e 1956, e tricampeão da mesma prova nos Jogos Pan-Americanos de 1951, 1955 e 1959 – manifestou grande insatisfação com a falta de estrutura do atletismo brasileiro:

Adhemar revelou falhas de uma estrutura arcaica. Os resultados obtidos pelo atletismo brasileiro nos V Jogos Pan-Americanos serviram apenas para confirmar as previsões pré-competição, isto é, a estrutura arcaica com que a equipe nacional do esporte base foi preparada para uma empreitada de vulto. Aída dos Santos, Maria da Conceição Cipriano, Irenice Rodrigues, Nelson Prudêncio, Roberto Chap e José Carlos Jacques são elementos de gabarito, não resta dúvida, mas não poderiam fazer milagres. É por isso que se alguns tentam incriminar Aída dos Santos pelo 5º lugar no salto em altura, sem pelo menos citar os fatores que contribuíram para aquela colocação, devem levar em consideração os meios que ela recebeu daqueles que tinham obrigação de fazê-los. Aída depois de enfrentar o grave problema relacionado com a comida (subnutrição), chegando mesmo a passar mal durante o desfile inaugural, partiu para o pentatlo (...) Chegou com raça em 3º lugar!

Antes de se chegar a Nelson Prudêncio, é necessário deixar bem claro que a performance de Irenice Maria Rodrigues nos 800m merece elogios. Irenice, correndo em meio a atletas experientes, galgou o 5º lugar ... (*Jornal dos Sports*, 1967, p. 7).

Muito embora Adhemar se manifestasse em relação à carência de alimentação e recursos vivida no dia-a-dia pelos homens e mulheres pobres e “de cor” do esporte base, ele reconhecia especificamente os méritos do atletismo feminino, em função das fortes críticas, oposições e múltiplas discriminações que enfrentavam. Apesar da desnutrição de Aída e da ausência de condições ideais de treinamento experimentadas por ela e outras mulheres do atletismo, seus índices e marcas alcançadas podiam ser consideradas extremamente satisfatórias, a exemplo

das performances conseguidas nos Jogos de Winnipeg. Tanto Aída dos Santos como Irenice Rodrigues acabaram por concorrer, respectivamente, em modalidades formalmente proibidas às mulheres, como o pentatlo e os 800m. Aída, inclusive, obteve o 3º lugar numa competição muito difícil, onde se conjuga a prática de cinco modalidades diferentes e o resultado final é obtido através do somatório de pontos conquistados em cada prova. Devido aos seus excelentes desempenhos, conseguidos em condições extremamente adversas, certamente, elas sentiam-se com mais poder para manifestar descontentamentos, denunciar as arbitrariedades e o descaso das autoridades públicas e dos dirigentes esportivos, sobretudo, com o atletismo feminino brasileiro. Três anos antes dos Jogos Pan-Americanos em Winnipeg, Aída dos Santos já tinha declarado publicamente sua mágoa e ressentimento diante das situações de abandono e constrangimento vivenciadas nas Olimpíadas de Tóquio, realizadas em 1964, quando foi a única mulher brasileira da delegação olímpica, de um total de 69 atletas, 12 a menos do que quatro anos antes, nas Olimpíadas de Roma, que teve também uma única atleta (Wanda dos Santos, corredora dos 80 m com barreiras). De volta ao Brasil, após conquistar a melhor colocação individual da delegação brasileira em Tóquio (4º lugar na final do salto em altura), a matéria do *Jornal dos Sports* contava:

Com os olhos molhados de tanto chorar e com o coração mais aberto do que nunca, Aída contou ontem no Galeão que sempre treinou sozinha, no Japão, onde pouco aprendeu porque ‘a brasileira é capaz de imitar qualquer uma, desde que seja dado o apoio de que precisa’ (grifo meu). Maria Cipriano, recordista sul-americana de salto em altura, mas que não conseguiu o índice exigido pelo COB para viajar, levou seu abraço a Aída dos Santos. Na hora que se cumprimentaram, choraram a não mais poder. Frisou Cipriano: - ‘se fosse eu, talvez, não conseguiria obter o resultado de Aída dos Santos’. (*Jornal dos Sports*, 1967, p. 5).

A reportagem publicada ainda evidenciava o carnaval e a solidariedade do alegre grupo de atletas do Botafogo (clube de Aída), expressa através de uma faixa com a seguinte frase: “Aída, o atletismo

brasileiro te saúda!”. Ao final, o jornal registrava a provocação da atleta Maria Cipriano: “ninguém, nem mesmo o COB, esperava que Aída fosse conseguir o resultado que conseguiu!” (*Jornal dos Sports*, 1967, p. 5). Independente da cumplicidade e coesão grupal existente entre homens e mulheres negras do atletismo brasileiro, estabelecida em determinadas contingências e em nada desprezível, Maria Cipriano e a própria Aída dos Santos denunciavam, principalmente, o sofrimento causado pela violência de gênero perpetrada pelo regime militar, entre outras formas de exclusão. Alguns dias depois da chegada de Aída ao Brasil, o repórter esportivo José Castelo destacou as péssimas condições de vida e treinamento da “salvadora da pátria”:

Uma moça de 15 anos, preta, humilde, filha de um carpinteiro que hoje não é mais do que um pobre homem paralítico, de infância subnutrida, foi quem salvou o Brasil nas competições individuais das XVIII Olimpíadas de Tóquio, ao saltar 1,74m, classificando-se em 4º do mundo e primeira das Américas na especialidade. Mais teria alcançado, não fosse traída pela emoção, ao constatar a marca excepcional, o que lhe fez cair em choro convulsivo, e a ausência do técnico, permitindo o descontrole emocional da moça que recebia apenas incentivo das atletas americanas, venezuelanas, mexicanas e cubanas desclassificadas. (*Jornal dos Sports*, 1964, p. 12)

Assim, o repórter chamava a atenção do leitor para o apoio que Aída obteve apenas das atletas dos outros países desclassificados na final da competição, demonstrando, de forma paradoxal, o desprezo que recebeu da própria delegação olímpica brasileira em 1964 – cujo restante dos atletas era somente de homens –, evidenciado tanto através da falta de solidariedade dos seus compatriotas como de suporte material. Nesse sentido, a hierarquização de gênero, somada às exclusões de classe e raça/etnia vivenciadas por ela, expunha as fissuras existentes na própria sociedade brasileira e atestava a ausência do sentimento de identidade nacional, tão alardeado pela ditadura. Conforme fez questão de afirmar o repórter José Castelo *o sucesso de Aída nas Olimpíadas de Tóquio foi dela, exclusivamente dela* (grifo meu), pois não teve orientação de ninguém e até os sapatos de pregos usados na prova e a bolsa de ma-

material esportivo fornecidos pelo comitê organizador foram conseguidos devido ao seu esforço pessoal e ajuda recebida de um atleta cubano” (Jornal dos Sports, 1964, p. 12). Apesar das ajudas recebidas de atletas estrangeiros (homens e mulheres), fundamentais para a criação de cumplicidades provisórias num momento crítico, todas as humilhações vivenciadas por Aída dos Santos no Japão foram fruto do menosprezo e do tratamento inferior que lhe dispensaram os atletas brasileiros e o próprio COB. Afinal, como interpretar o “esquecimento” do chefe da delegação olímpica do Brasil, Silvyo de Magalhães Padilha, de não inscrever o nome de Aída entre as concorrentes da prova, impossibilitando-a de receber material esportivo adequado para mesma? Sem dúvida, a declaração de Maria Cipriano afirmando “nem mesmo o COB esperava que Aída conseguisse esse resultado” comprovava os antagonismos e a tripla marginalização experimentada pelas brasileiras negras e pobres do atletismo, mas também suas lutas e resistências.

Essa situação, na verdade, é recorrente. Metáfora de um país desigual e excludente, o campo esportivo reflete e reproduz discriminações de gênero, classe e raça/etnia enraizadas na sociedade brasileira, para além de manifestar a identidade nacional e outras diferenças. Tais fatores conjugados parecem afastar o atletismo – modalidade majoritariamente praticada por afro-brasileiros, pertencentes às camadas populares – das posições de prestígio e poder, ocupadas pelos esportes de maior tradição, ligados ao bom gosto, às boas maneiras cortesãs e distintos hábitos burgueses. Não raramente, lhe é conferido um valor de inferioridade em relação ao status superior de outras modalidades esportivas, como esgrima, hipismo, tênis e natação, por exemplo. Segundo afirma Pierre Bourdieu, estabelece-se uma homologia entre o espaço das práticas esportivas, dos diferentes esportes e o espaço das posições sociais:

É na relação entre esses dois espaços que se definem as propriedades pertinentes de cada prática. E as próprias mudanças nas práticas só podem ser compreendidas, nessa lógica, na medida em que um dos fatores que as determinam é a vontade de manter no nível das práticas a distância que existe entre as posições. (Bourdieu, 2004, p. 209)

Podemos dizer, portanto, que o campo esportivo é atravessado por laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais, (re)produzindo relações humanas desiguais que, inevitavelmente, lançam um estigma sobre os “outros”, vistos como pessoas de “estirpe inferior” pelos dominantes nas configurações entre *estabelecidos* e *outsiders* (Elias, 2000). Não à toa, o artigo de Julio DeLamara, intitulado “Atletismo”, publicado na *Revista do Fluminense*, importante clube carioca de futebol, constatava a situação de abandono pela qual passava esse esporte no Brasil já nos anos 1950:

É o atletismo no Fluminense um esporte que, devido a vários fatores, não pode correr paralelo, em normalidade, aos demais ramos, na vida do clube. Pela evolução que o esporte apresenta, evolução que requer treinamento mais intenso, diário até, controle médico mais cuidadoso, enfim, uma série de dados que traduzem em resumo, maior tempo dado pelo atleta ao treinamento (...) tornaram-se necessárias algumas facilidades para que certos ramos de esporte pudessem acompanhar o progresso técnico. Queremos nos referir especialmente aos esportes mais populares, aqueles que são praticados por homens do povo, de condição mais humilde, de nível de vida mais baixo, onde o atletismo se situa. Devido a esses fatores (...) a mentalidade dirigente modificou-se. Facilitou-se o alojamento para os atletas nos clubes, arranjou-se alimentação, procurou-se emprego com sócios e diretores, tudo no afã de procurar diminuir as dificuldades existentes na vida sempre difícil da gente do povo, que muitas vezes vem do interior e que não sendo assim cuidada, estará perdida para o esporte.

(...) aqui no Brasil, não há amadores do estado, nem atleta universitário. Vive ele do clube que, dentro de suas possibilidades, tem então de cuidar do seu ‘modus vivendi’, principalmente, num esporte que se tornou popular e que é praticado em sua maioria por pessoas que não tem meios de, em seu lar, alcançar o nível alimentar e físico que convém a um atleta (...). (*Revista do Fluminense*, 1954, p.26)

A despeito de verificar condições mais favoráveis para a prática do atletismo em outras agremiações esportivas brasileiras, provavelmente menos elitistas, motivo pelo qual “alguns atletas feitos no Fluminense vão apurar suas qualidades em outras pistas, quando sentem necessidade de auxílio,

trocando o tricolor que dá pouco, por outro clube que dá mais”, o testemunho do autor fornece indícios para pensarmos sobre as discriminações de classe e raça/etnia que pesavam sobre esses atletas, “homens do povo, de condição mais humilde, de nível de vida mais baixo”. Para além desse fato, ao excluir do seu relato as mulheres praticantes dessa modalidade esportiva, o autor revelava seu próprio preconceito e, indiretamente, expunha a invisibilidade do atletismo feminino no Brasil, significativos da tripla estigmatização que elas enfrentavam, desde fins dos anos 1940, período no qual a prática desse esporte cresceu significativamente no país. Caso contrário, como explicar as restrições impostas às inúmeras provas dessa modalidade para as mulheres, em 1941? Ainda que refletissem, de certo modo, a postura discriminadora adotada no campo esportivo internacional em relação às mulheres do atletismo, essas hierarquias, na verdade, eram determinadas pela vontade de manter no nível das práticas a distância que existe entre as posições sociais, conforme já destacou Bourdieu, quer sejam de gênero, classe e raça/etnia. Talvez, isso explique a pequena representatividade do atletismo feminino brasileiro em relação ao masculino nas Olimpíadas de 1952, 1956, 1960, 1964, entre outras edições da competição.

Posteriormente, o cenário do atletismo pouco havia mudado no país durante o regime militar. No artigo “Com o esporte na alma”, apresentavam-se algumas conclusões do Congresso Sul-Americano de Medicina Esportiva, realizado em agosto de 1975, paralelamente à disputa do Campeonato Sul-Americano de Atletismo. A partir de um diagnóstico sobre a situação desse esporte no Brasil, os resultados da pesquisa constatavam que o típico praticante de atletismo no país era quase sempre um indivíduo originário de classes sócio-econômicas mais baixas. Em seguida, os estudos mostravam que, em todas as grandes competições internacionais, o país continuava restrito às individualidades que eventualmente se destacavam nesse esporte, em intervalos tão irregulares quanto imprevisíveis (Revista do Fluminense, 1976, p. 3). Como exemplo, eram relatadas as difíceis condições de vida de vários atletas dessa modalidade:

Nelson Prudêncio precisa abandonar seu emprego em São Paulo para treinar em seu clube, em Jundiá, e tentar melhorar sua marca no salto triplo; Silvina das Graças Pereira (velocista e saltadora) ainda não sabe se conseguirá abono de faltas na faculdade para viajar ao exterior. Problemas como esses atingem a maioria de nossos atletas. Se o treino começa após um dia inteiro de trabalho, é óbvio que o esportista só conseguirá obter um desempenho destacado se for realmente excepcional. Esse é o caso de Nelson Prudêncio que já conquistou muitos recordes e medalhas para o Brasil. Mas não chegou onde poderia ter chegado com um treinamento correto... Por sua vez, a velocista Silvina Pereira está longe de seu ponto ideal, em virtude de preocupações alheias à boa prática do esporte. (*Revista do Fluminense*, 1976, p. 3)

Portanto, de acordo com essas declarações, podemos constatar que, no interior do campo esportivo, o atletismo e seus praticantes possuíam um status inferior; ocupavam a posição de *outsiders*, sendo menosprezados por muitos dirigentes em relação aos esportes considerados mais nobres, detentores dos recursos de poder. Porém, como respostas às tensões, conflitos, estigmas e hostilidades resultantes desse desequilíbrio de forças no espaço esportivo, muitas vezes, os indivíduos e grupos *outsiders* expressam rancores, mágoas, violências, cumplicidades, solidariedades sociais e atitudes afirmativas que se desdobram em múltiplas direções, evidenciando as relações entre os afetos e o político, sujeitos e práticas sociais, ainda pouco explorados entre historiadores (Ansart, 2004, p. 15). Nesse sentido, as experiências de privação, constrangimento e humilhação, vivenciadas rotineiramente pelos atletas negros desse esporte, em especial pelas mulheres, suscitam inúmeras indagações e reflexões, difíceis de serem explicadas à luz dos sistemas políticos. Até que ponto o regime democrático favorece ou desfavorece a formação de ressentimentos? Seriam os regimes autoritários provocadores de manifestações coletivas de raiva, violência e descontentamentos? As explosões de vingança de uma população ou grupo não são reflexos das relações de poder e dominação durante muito tempo estabelecidas? É inegável, como diz Ansart, que o ódio recalcado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva, permitindo a reconstituição de uma coesão, de uma

forte identificação que liga um indivíduo ao seu grupo. Sem dúvida, para o pesquisador, essas são questões delicadas sobre as quais o historiador deve se debruçar, se esforçando para compreendê-las e, se possível, explicá-las, ainda que as dificuldades e incertezas sejam muitas. Como ele mesmo reconhece,

é muito mais difícil traçar a história de ódios do que a história de fatos objetivos. (...) O objeto esquiva-se; é preciso formular a hipótese de sua importância e reconstruir o invisível que, se não é totalmente inconsciente, ao menos em parte é não consciente. É preciso formular a hipótese do papel do inconsciente na política, hipótese audaciosa em seu princípio e em suas realizações. O historiador encontra-se na obrigação de acumular o estudo dos indícios, dos signos, dos traços (...) Tarefa delicada que diz respeito mais ao estudo dos costumes, dos usos da vida cotidiana que à grande história política. O historiador tem, também, a obrigação de estudar as linguagens, os modos de comunicação e transformá-los em sintomas (...). (Ansart, 2004, p. 15-36)

Seguindo essas sugestões, agora podemos melhor compreender o comportamento subversivo de algumas mulheres negras do atletismo brasileiro, sobretudo de Irenice Rodrigues. Com certeza, o peso acumulado das discriminações de gênero no espaço esportivo, entre outras hierarquizações sociais, assumiu caráter mais agudo em momentos de maior repressão, quando as prerrogativas legais e institucionais encontravam-se violentamente cercadas, causando a explosão de raivas, ressentimentos, reivindicações e confrontos recalcados. Esse foi o caso da atleta, já envolvida com um movimento grevista, em 1967, contra os desmandos do COB. Logo depois, em meio à eclosão dos movimentos de contestação que abalaram o mundo, em 1968, pedindo liberdade, paz, amor e reformas, um novo incidente envolveu Irenice, nos Jogos Olímpicos do México, realizados nesse ano – ocorrido pela primeira vez a 2.240 m acima do nível do mar e igualmente permeado por protestos políticos de atletas negros norte-americanos, entre outros, que demonstravam a emergência do movimento *black-power*.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Tommie Smith, John Carlos, Lee Evans, Larry James e Ronald Freeman foram os atletas norte-americanos que subiram ao pódio na prova dos 200 e 400m rasos, cerrando e erguendo os punhos, com luvas e boinas pretas, numa manifestação contra a segregação racial nos EUA.

Informada pelas novas demandas feministas e em sintonia com o clima de denúncia e indignação presente nas Olimpíadas do México, Irenice Rodrigues tentou agredir a colega Maria da Conceição Cipriano, a mesma atleta que havia tomado as dores de Aída dos Santos, anteriormente. Após invadir o quarto de Cipriano, ela foi contida pela polícia feminina da Vila Olímpica. O episódio gerou bastante transtorno ao COB, a ponto de Hélio Babo afirmar, de forma metafórica e pejorativa, que foi um “desastre para o esporte nacional, uma página negra para o Brasil nas Olimpíadas” (Jornal dos Sports, 1968, p. 8), ratificando as posições ambíguas e racistas de alguns segmentos da sociedade brasileira que, volta e meia, adoravam ou crucificavam atletas negros pelas honras e infortúnios da nação no terreno esportivo. De acordo com as palavras do dirigente esportivo, Irenice poderia até ser proibida de continuar praticando o atletismo. Em seguida, Hélio relatou que “por acreditar demais no ser humano, não pediu o desligamento de Irenice antes, quando ela deu entrevistas ao *JS*, criticando o plano de trabalho adotado para as Olimpíadas do México”. Ele ainda revelava que na oportunidade foi pressionado por vários dirigentes a tomar aquela medida, mas depois de um consenso demorado, a atleta prometeu ser mais comedida em suas declarações. (Jornal dos Sports, 1968, p. 8.)

O fato de Irenice não ter se calado e cumprido sua promessa, sem dúvida, confirmou sua fama desafiadora e desagregadora para dirigentes esportivos e autoridades civis e militares, aumentando ainda mais seu estigma e, conseqüentemente, as punições da atleta, para além de reforçar as imagens depreciativas que cercavam essas atletas e o próprio esporte, de forma geral. Aloísio Caminha, presidente da Federação de Atletismo do Rio de Janeiro, disse que “faltou humildade e espírito olímpico a Irenice”. Depois, ele afirmou: “quando declarei que se dependesse de mim a sua ida ela já estaria desligada antes do embarque, chegaram-me a acusar de insensato. Mas agora ficou comprovada a minha razão” (Jornal dos Sports, 1968, p. 8). No caso, Aloísio Caminha se referia ao episódio no qual a atleta, duas semanas

Na ginástica, a tcheca Vera Caslávská conquistou 4 medalhas de ouro, três delas derrotando suas adversárias russas. Ao ouvir o hino da URSS, Vera ergueu o rosto e virou as costas para a bandeira do país que havia invadido o seu. (Cf. Comitê Olímpico Brasileiro, 2004, p. 228).

antes de viajar para o México, declarou ao jornal que o COB havia se esquecido do atletismo, apenas exigindo das atletas para sua autopromoção. Irenice também acusava o Comitê Olímpico de não dar assistência técnica e alimentar as três moças convocadas: ela, Aída dos Santos e a própria Maria Cipriano, atleta com quem brigou. Cumpre ressaltar que, na época das suas denúncias, Irenice Rodrigues já cumpria suspensão de 30 dias, imposta pelo Fluminense Futebol Clube, em função de ter se negado a participar de um torneio, alegando que sua presença era mais importante na prova dos 800m, na qual tentaria o índice para as Olimpíadas (Jornal dos Sports, 1968, p. 8). Ao manipular seu capital simbólico a favor dos próprios interesses e demonstrar insubordinação e altivez, bem como consciência de gênero, já que sabia ser a única atleta brasileira com possibilidade real de conseguir o índice olímpico na prova dos 800m – fato confirmado depois – Irenice despertava suspeita e causava grande mal-estar entre autoridades do COB e da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Como contrapartida, suscitava raivas e censuras ainda maiores dos seus opositores.

Desligada finalmente da delegação olímpica brasileira por indisciplina e agressão, Irenice Rodrigues desembarcou no Brasil, em 3 de outubro de 1968, sem realizar seu sonho de competir nos 800m, em Olimpíadas, a despeito de deter o recorde sul-americano dos 400m e 800m, na época. Mesmo assim, manifestou novamente suas opiniões e afrontou publicamente seus detratores ao dizer: “o atletismo não enche barriga de ninguém. Poucos conseguiram alguma coisa depois de elevar o nome do Brasil pelo mundo” (Jornal dos Sports, 1968, p. 8). Ao denunciar as desigualdades sociais e a grande repressão política existentes no país, Irenice se considerou “vítima de um mal-entendido” e relatou que a punição imposta pela chefia da delegação (no caso, Sylvio de Magalhães Padilha, também Presidente do COB) foi encarada como muito forte por outros membros da representação brasileira. Para Irenice, “se tivesse havido boa vontade, tudo poderia ter sido contornado no México, porque coisas mais desagradáveis já ocorreram em outras oportunidades, sem que adotassem medidas como a que tomaram comigo”. Em seguida, a atleta esclarecia o motivo da briga na qual se envolveu: “tudo acon-

teceu por culpa da Cipriano, uma dedo-duro”. Com algumas escoriações no braço, Irenice contou que Maria Cipriano tinha dedurado o saltador da equipe masculina de atletismo, Nelson Prudêncio, para o porteiro do estádio no México, que não queria ninguém usando a pista: “quando eu estava o convencendo do contrário, quando o homem estava começando a concordar, a Cipriano resolveu dar palpite, dedurando o Nelson, que havia burlado a vigilância e corria tranquilamente”. Como não gostou da atitude, nem do tom alto usado pela companheira de equipe, Irenice pediu a Cipriano que se calasse. Porém, ela lhe respondeu e a briga só foi terminar no vestiário (Jornal dos Sports, 1968, p. 8.).

Dessa maneira, a atleta indiretamente mostrava sua repulsa à prática política de delação no Brasil, muito incentivada por militares e outras autoridades civis como forma de intimidar, identificar e desarticular quem, de alguma forma, criticava as diretrizes do regime, naquela época. Ao mesmo tempo, sua conduta de aprovar a desobediência de Nelson Prudêncio à ordem dada pelo vigia do estádio, tornava-a cúmplice e deixava claro para os militares, mais uma vez, sua costumeira insubmissão e desrespeito à ordem estabelecida. Por fim, a reportagem do jornal publicava outras revelações de Irenice, desmentindo as declarações do técnico da equipe de atletismo, Osvaldo Gonçalves, sobre a adaptação rápida da delegação brasileira ao problema da altitude. Irenice afirmou que a questão ainda não havia sido superada pela “turma”.

As atitudes de Irenice demonstravam ainda que as relações sociais entre homens e mulheres nem sempre são marcadas por oposição e subordinação, mas por cumplicidades e solidariedades. Simultaneamente, ao tomar partido de um companheiro da equipe masculina de atletismo e ir contra sua colega Cipriano, ela desmistificava a noção de unidade/irmandade existente entre as mulheres tão divulgada pelos movimentos feministas e que, naquele momento, começava a ruir, haja vista a denúncia feita por lésbicas e mulheres negras do Terceiro Mundo em torno da continuidade de outras formas de dominação perpetradas por mulheres heterossexuais, ricas e brancas dos países colonialistas. Portanto, num contexto atravessado por manifestações estudantis, novas demandas feministas, entre outras

lutas, mas também por forte repressão e censura, é possível afirmar que a consciência de gênero de algumas atletas negras do Brasil foi materializada no próprio corpo – símbolo político das experiências, lutas, resistências e conquistas femininas nessa conjuntura; lugar de reconhecimento e enfrentamento das múltiplas formas de exclusão e estigmatização.

Para além de reforçar as punições e os estigmas que pesavam sobre Irenice e, indiretamente, sobre a “turma” do atletismo, o episódio de agressão envolvendo as duas atletas brasileiras nas Olimpíadas do México, foi motivo de zombarias e chacotas na imprensa, recorrentes quando se trata de desqualificar comportamentos femininos vistos como ameaçadores e inadequados. No artigo maliciosamente intitulado “Uma pedrinha na chuteira: pugilismo olímpico feminino”, sob a alcunha de Zé de São Januário um anônimo assim discorreu sobre o acontecimento:

Sempre apoiamos a igualdade dos direitos dos homens e das mulheres (...) A campanha foi iniciada pelas sufragistas inglesas e se estendeu pelo mundo. No Brasil, assumiu a liderança Bertha Lutz (...) A verdade é que as mulheres venceram. Afinal, elas fazem o que os homens fazem e mais aquilo que eles não podem fazer – amamentar crianças, por exemplo.

Os homens, despeitados com as conquistas das mulheres, procuram contrariá-las, fazendo-lhes severas restrições.

Toda mulher é louca por uma farda; os homens não permitem que elas sejam militares. São taradas por automóveis e não lhes é permitido serem motoristas de ônibus. Todas as jovens desejam jogar futebol, mas como as leis não permitem, contentam-se em casar com jogadores desse desporto. Ninguém adora mais boxe do que as mulheres; são as mais ferozes torcedoras dos lutadores de box e luta-livre. As leis internacionais, que regulam esses esportes, não permitem às mulheres praticá-los, embora as julguem muito mais peitudas do que os homens. Agora mesmo seguiram para a Cidade do México, as atletas Irenice Rodrigues e Maria Conceição Cipriano. A primeira, velocista, a segunda, saltadora. As duas se desentenderam. No auge da discussão, Cipriano disse a Irenice: - “Minha filha, cale a boca que aqui dentro ninguém pula mais alto do que eu. Se tu facilitares, faço-te correr 400m em tempo recorde!”. Irenice retrucou: - “Não tenho medo de pulo de onça, nem de ronco de besouro. Galo de briga não foge da rinha, nem corre cacarejando.

Vamos decidir a parada no braço!”

Ambas se engalinharam e resolveram a parada na luta-livre. A luta terminou empatada, mas o árbitro da contenda, Ivã Raposo (chefe da delegação brasileira), desclassificou Irenice, alegando golpe baixo. Irenice teve que fazer então uma corrida aérea até o Brasil, enquanto Maria Cipriano ficou no México, dando seus pulinhos.

Ontem, na Cidade do México, o Comitê Olímpico Internacional (COI) se reuniu para discutir a inclusão do pugilismo feminino nas Olimpíadas de 1972. É mais uma conquista das mulheres no âmbito esportivo.

A Maria Cipriano, como boa saltadora, ficou pulando de contente no México, por não ter pulado fora da delegação, enquanto Irenice, como excelente corredora, correu para o Rio de Janeiro e corre o risco de nunca mais correr. (Jornal dos Sports, 1968, p. 6)

Na caricata história inventada por “Zé de São Januário”, os recursos da galhofa, ironia e da comédia tornavam-se instrumentos poderosos para desmoralizar a luta pela emancipação feminina e reforçar o mito da inferioridade, fragilidade e passividade da mulher, a exemplo do que já acontecia nas *charges* adotadas pela imprensa do Rio de Janeiro, desde o início do século XX, muito utilizadas pelos caricaturistas, como Raul Pederneiras e J. Carlos (Soihet, 2004). Nesse sentido, aos homens caberia zelar pela manutenção dos espaços e papéis “naturais” de cada sexo, a fim de salvaguardar os privilégios masculinos, conforme destaca Soihet. Portanto, ao mostrar o caráter grotesco da briga ocorrida entre Irenice Rodrigues e Maria Cipriano – comparada a uma luta livre, com golpes baixos –, bem como ressaltar as características e sons animalescos das atletas brasileiras – representadas como galos de briga, onças e besouros que cacarejavam, pulavam, corriam e roncavam – o artigo zombava das conquistas femininas alcançadas no terreno esportivo e, indiretamente, expunha o despropósito da participação das mulheres em espaços considerados de reserva masculina, como o futebol, o boxe e outras lutas, já reivindicada por algumas.

Outras crônicas produzidas à época permitem igualmente vislumbrar as preocupações com a subversão dos papéis de gênero no Brasil e a fusão observada entre o público e o privado. Em “A arte da paquera”, um desconhecido cronista ironizava a

“invasão repentina” de mulheres no Maracanã: “daqui a pouco os maridos vão começar a ter problemas em casa para assistir seu tranqüilo joguinho dominical. Isto porque, de repente, as meninas começaram a descobrir que o Maracanã é realmente a ‘melhor paquera’ do Rio de Janeiro.” (Revista do Fluminense, 1969, p. 14). Profundamente incomodado com a presença feminina num território masculino – na verdade, fato comum nos estádios de futebol do país, desde os anos de 1920 – o anônimo cronista não disfarçava seu preconceito de gênero ao comentar, grosseiramente, sobre a “burrice generalizada” que invadia as arquibancadas, referindo-se às perguntas ignorantes das mulheres a respeito das cores do uniforme do Vasco, do Botafogo e do time ao qual pertenciam os homens (bandeirinhas e juizes), cujas camisas eram da cor amarelo. Ao reconhecer, com ar de superioridade, que “de futebol mesmo, elas pouco entendem”, ele constatava o “esforço” feito pelas mulheres para se “igualarem” aos homens: “a maioria já sabe, mais ou menos, até o que é impedimento”. Na visão distorcida e arrogante do cronista – reveladora do despeito e da resistência masculina à emancipação feminina –, essa era uma importante “questão de comunicação”, pois significava a busca das mulheres de se entrosarem com os filhos, maridos e namorados.

A ocupação crescente de mulheres em espaços de reserva masculina é igualmente alvo de resistências, na crônica de Paulo Coelho Neto, intitulada “Brutalidade”. Aturdido com o crescente fenômeno de violência entre os habitantes da “cidade maravilhosa” e seus impactos na transformação do comportamento feminino, o cronista discorria sobre as lutas livres, espetáculos denominados “Vale Tudo”. Estupefato ele dizia:

Não sei se o leitor já foi espectador de certas lutas sangrentas, verdadeiras carnificinas, que não ocorrem nem nas planícies africanas entre os estúpidos rinocerontes, remanescentes do período quaternário. Essas cenas de ferocidade, denominadas Vale Tudo, nada mais são do que revivência das arenas romanas, em que nem faltam as vestais, porque as moças – todas elas mães em potencial – se exibem com mais agressividade do que os lutadores, exigindo, de pé, aos gritos frenéticos e histéricos, o massacre, o extermínio, o

sangue do vencido. Isso poder ser o que quiserem, menos esporte. Quando a mulher dá, em público, tão deprimente demonstração de insensibilidade, ela, por natureza, a ternura e a piedade, é por que a civilização está abalada em seus fundamentos. (Revista do Fluminense, 1963, p. 1)

Remetendo-se às figuras dos gladiadores da Roma antiga e da deusa Vesta, representante da castidade e virgindade feminina, a crônica associava o caráter bárbaro e brutal das lutas às representações de masculinidade, condenando, paralelamente, as mulheres que assistiam a tal espetáculo violento, vistas como histéricas. Essas iam contra a essência maternal, sensível e piedosa da mulher, considerada instinto, vocação e destino natural do sexo feminino. Para o autor, portanto, a inversão dos tradicionais papéis de gênero significava o fim da espécie humana, da civilização.

As críticas masculinas apresentadas constatavam significativas mudanças nos comportamentos femininos; um expressivo deslocamento das mulheres em direção aos lugares antes ocupados por homens, sentido como perigosa ruptura à rígida demarcação dos papéis e espaços sociais. Demonstravam, portanto, que nem todas agiam e pensavam conforme o esperado. Muitas já tinham rompido com o modelo tradicional de ser mulher, com as expectativas sociais que lhe eram impostas, evidenciando a emergência da segunda onda feminista, na qual as reivindicações pela busca da plena cidadania; pelos direitos de controle do corpo, da sexualidade e contra a violência sexual foram as principais lutas do movimento que, assim, chamava a atenção para o caráter político das questões privadas. Irenice Rodrigues, Maria Cipriano e Aída dos Santos foram exemplos disso. Não apenas elas. Segundo (Goldenberg, 2007), Leila Diniz e outras mulheres assumiam diferentes comportamentos femininos, cada vez mais adotados por outras, como demonstrava Telma Musse Diuana à época, promotora no caso Van-Lou – famoso no final dos anos 1970 por mostrar o envolvimento e a condenação de uma mulher num crime passionais.

Como torcedora e sócia do Fluminense, onde começou a praticar esgrima, tendo sido campeã da cidade do Rio de Janeiro, o perfil social de Telma

Musse foi construído pela revista do clube, na seção “galeria tricolor”. Entrevistada por Helenita Hoffmann, a promotora estava em evidência na época, pois tinha pedido ao júri a condenação de Lourdes e Vanderley, no caso em que ele tinha matado, com a conivência de Lou, os dois ex-namorados dela, para lavar com sangue a honra da amante. Nesse sentido, a conduta atrevida construída para Telma Musse parecia assustar seus pares, além de ameaçar e afastar os homens em geral, pois Helenita Hoffmann a descrevia como dominadora, exigente, impiedosa e temida: “quando da tribuna ataca alguém o faz com toda veemência, sem descanso, sem clemência, diremos mesmo impiedosamente. É temida pelos réus e advogados de defesa por razão muito simples: desde que está no Ministério Público, ainda não perdeu um caso.” (Revista do Fluminense, 1979, p. 8) Assim, ao transcrever a entrevista que fez com a promotora Telma Musse, Helenita Hoffmann a apresentava como socialmente ousada, destemida e, até mesmo, nervosa e agressiva para os leitores:

Já funcionou na tribuna de defesa por mais de um ano, mas tenho a impressão que seu forte mesmo é o ataque.

Seus esportes favoritos confirmam esse seu modo de ser. Gosta de caça submarina, onde com uma arma na mão, no fundo do mar, destemidamente ataca e se defende.... Tenho a impressão que também sabe atirar. Gosta imensamente de jogar xadrez. Jogo que para a maioria é de paciência e praticado por pessoas calmas, mas que na realidade, conheço muito bem, é um jogo tipicamente agressivo e praticado nervosamente...

Tenho a impressão que na vida real se sente agredida, pois afirma que a mulher tem que estudar muito, se agarra à cultura para firmar sua posição, para ter assegurado um lugar na vida. Acha, inclusive, que a mulher é inimiga da própria mulher. Julga que principalmente os homens ainda não aceitam, realmente, a igualdade da mulher.” (Revista do Fluminense, 1979, p. 8)

Com o objetivo de melhor distinguir os papéis normativos de gênero, sem dúvida, os atributos morais construídos para a promotora tinham coloração acentuada e explicitavam estereótipos negativos forjados para uma mulher emancipada, cuja vida social e profissional assumia, aparentemente, maior

importância do que o casamento e a maternidade, ainda que não fossem incompatíveis, na realidade. A despeito das lutas feministas travadas à época, sobretudo em relação aos direitos reprodutivos, à sexualidade, ao aborto e divórcio, deve-se reconhecer a permanência de certos valores e costumes tradicionais como reação e tentativa de manter a “natural” separação e hierarquização entre homens e mulheres. Não por acaso, ao final da sua descrição, Helenita Hoffmann destacava os supostos predicados de feminilidade de Telma Musse: “pessoalmente é encantadora, jovem, bonita, alegre e expansiva. Acredita em Deus e em seu poder. Gosta imensamente de música, tanto erudita como popular. Toca violão, violino e é escritora.”

Outro perfil feminino também foi elaborado pela revista do Fluminense nesse ano. Mais uma vez, a personagem em questão era do meio jurídico e atleta do clube, praticante de tiro ao alvo. Seu nome era Ângela Maria da Serra Rosa, uma jovem de 25 anos. Logo no início, o autor Clovis Serra Mattos, a descreve, parafraseando a frase machista criada por Vinícius de Moraes:

As feias que me perdoem, mas beleza é fundamental! Angela Maria da Serra Rosa confirma esse pensamento e vai mais além: não bastasse o charme dessa advogada, de apenas 25 anos, ela é tricampeã brasileira de tiro ao alvo, nas modalidades de carabina deitado e carabina de ar comprimido. (Revista do Fluminense, 1979, p. 16)

Depois de exaltar o charme e a beleza da atiradora, o autor afirmava que Ângela Serra era alegre e descontraída, sendo que seu interesse pelo tiro ao alvo começou por influência do pai, praticante do esporte, porém ela não o levou a sério. Somente aos 17 anos, Ângela passou a encarar o esporte com seriedade, quando soube que o Ministério da Educação e Cultura estava precisando de gente nova para representar o Brasil na modalidade. Para tanto, contou com o total apoio do pai e do noivo. Em seguida, a entrevista de Clovis Mattos ressaltava a situação da atleta no ranking e revelava suas pretensões: “hoje, Ângela é a primeira do Brasil em sua categoria, detentora do recorde da prova de carabina deitado. E promete: ano que vem, alcançará o primeiro lugar em competições mistas”. Ao final,

a própria atleta ressaltava suas principais ambições e fontes de prazer na vida: “não posso viver sem o esporte e, inclusive, pretendo vender minha moto, para evitar qualquer imprevisto que me prejudique. Quando atiro, a sensação é maravilhosa. Consigo extravasar toda a loucura, toda a rotina do dia a dia.”

Interessante notarmos estilos de vida, gostos e preferências das duas atletas enfocadas. Ambas faziam parte da elite econômica do país e eram brancas, fato que pode ser constatado não só pelos níveis de escolaridade alcançados, mas também pelas formas de lazer adotadas e pelos caros esportes praticados (esgrima, caça submarina e tiro ao alvo com carabina). Além disso, a jovem atiradora Ângela Serra possuía um bem incomum para mulheres, naquela época: uma motocicleta. Ia vendê-la não por motivos financeiros, mas porque o veículo poderia lhe causar danos e impedi-la de praticar seu esporte favorito, caso muito provável em caso de queda. Outro elemento de forte aproximação entre Telma e Ângela: a atração pelo perigo; a busca pela excitação e prazer tanto no lazer como nos esportes arriscados que escolheram, praticados por poucas mulheres naquele tempo e que envolviam o uso de armas longas, símbolos fâlicos que remetiam à violência contra mulheres. Para Ângela e Telma, portanto, o porte de arma significava poder, simbolicamente representava a libertação da opressão e violência masculina. Ainda que tivessem o apoio dos entes mais próximos, Ângela e Telma, com certeza, vivenciaram cotidianamente situações sociais de preconceito e resistência por manifestarem interesses profissionais e gostos pessoais ligados à identidade masculina. Por isso, atirar era uma “sensação maravilhosa” para Ângela. Da mesma forma, a caça submarina representava a possibilidade de poder atacar e se defender para a promotora Telma Musse, atividade profissional pouco exercida pelas mulheres nos anos 70. Com a prática dos seus esportes e lazer favoritos ambas liberavam, de forma controlada e mimética, tensões, prazer, emoções e excitamentos reprimidos nas situações reais de preconceito e constrangimento vividas, conforme mostra Elias, 1992, a respeito da função adquirida pelo esporte moderno no processo civilizador.

Com efeito, o avanço das reivindicações e conquistas femininas no mundo durante o recrudesci-

mento da Guerra Fria gerou inúmeras reações por parte dos setores mais conservadores. Como não podia deixar de ser, essas resistências se manifestaram também no campo esportivo, sobretudo em relação às sucessivas quebras de recordes observadas no atletismo feminino mundial, nessa conjuntura. Para muitos dirigentes e médicos especialistas isso era “coisa de homem”. Dessa forma, pela primeira vez, nas Olimpíadas do México, em 1968, foram implantados os “testes de feminilidade”<sup>3</sup>, para assegurar que as competidoras eram realmente mulheres, o que causou muitos protestos, principalmente de nadadoras olímpicas. De acordo com a notícia divulgada pelo jornal, não houve nenhuma atleta desclassificada no exame nessa competição. Contudo, mesmo sem constatar a “infiltração” de homens nos Jogos Olímpicos de 1968, apenas cerca de 700 mulheres realizaram os testes, das 900 atletas inscritas. Àquelas que se negaram a submeter-se à exigida “prova do sexo” foram proscritas das Olimpíadas, segundo informou o chefe da comissão médica do COI, o príncipe belga Alexandre de Merude (*Jornal dos Sports*, 1968, p. 8). A polêmica se instalou devido à Federação Internacional de Natação, cujo presidente era o australiano Bergh Phillips, não ter concordado que suas atletas fossem examinadas por considerar o teste degradante. Como a autorização do exame dependia não só das atletas, mas também das suas respectivas federações, as nadadoras não receberam o certificado de confirmação do seu sexo por descumprirem tal exigência. Ainda que confir-

<sup>3</sup> Cumpre ressaltar que no site do Comitê Olímpico Internacional não há nenhuma referência aos testes de feminilidade, nem aos procedimentos realizados no exame. No entanto, é possível encontrarmos hoje “regras para atletas transexuais olímpicos”, elaboradas pelo COI em 17 de maio de 2004, provavelmente como forma de “solucionar” a questão de atletas intersex, sobretudo após diferentes associações médicas e desportivas se manifestarem contra as provas de feminilidade. As resistências se deviam aos seguintes argumentos médicos: a) Síndrome de Insensibilidade ao Andrógeno: as células são incapazes de responder à testosterona produzida por testículos intra-abdominais atrofiados e, portanto, a massa muscular e a força são consideradas femininas; b) Disgenia gonadal: a presença de cromossomos XY na atleta não é capaz de gerar alterações fenotípicas vistas como masculinizantes; c) Síndrome de Turner: presença de um cromossoma XO, ausência de um cromossoma X. Além dessas alterações genéticas, as reações contrárias aos testes de feminilidade alegavam que eles não eram capazes de detectar as atletas que faziam uso de substâncias anabolizantes ou que ingeriam por via externa hormônios masculinos e, conseqüentemente aumentavam artificialmente sua massa e força muscular. Apesar da legislação esportiva do COI prever hoje a participação olímpica de transexuais, de forma diferenciada (antes e depois da puberdade), a polêmica continua, pois muitos países são contrários às cirurgias e tratamento de redesignação sexual antes da puberdade. Cf. França, 2009).

masse o sigilo absoluto na condução dos testes de feminilidade, a comissão médica presente nos Jogos Olímpicos de 1968 relatava que, em caso positivo, entregava à respectiva federação da atleta o resultado constatado e um pedido para que a mesma fosse retirada da competição, sob um pretexto qualquer, com o objetivo de cumprir a medida.<sup>4</sup>

Ao final dos XIX Jogos Olímpicos do México, realizados pela primeira vez na América Latina e sob acaloradas polêmicas e manifestações políticas, a declaração do Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina Esportiva, Anibal Silva e Costa, confirmava a crescente preocupação com o policiamento político do corpo e do sexo, no contexto de Guerra Fria:

A presença de indivíduos, cujo sexo não pode ser perfeitamente definido, nas provas femininas das Olimpíadas está completamente banida e a prova é que muitas das maiores atletas que o mundo já viu ou não chegaram ao México ou, já chegadas, se negaram a submeter-se as provas para a comprovação do sexo (...). A obrigatoriedade do exame de sexo há muito já devia constar dos regulamentos olímpicos para evitar a sobrevivência dos hermafroditas no esporte. Sempre fui a favor do exame, porque existem mulheres que competem que, na realidade, são homens. Com a obrigatoriedade do exame, alguns fenômenos esportivos, como as irmãs Irina e Tâmará Press, da URSS, não compareceram ao México. O exame para a comprovação do sexo – masculino ou feminino – é simples e pode ser feito através da pesquisa de dois materiais: saliva ou sangue. Colhido o material, os cromossomas são contados. Se atingir um índice x, morfologicamente a atleta é impedida de competir entre as mulheres, já que passa a ser considerada uma anomalia.

Não se pode afirmar taxativamente que os fenômenos que surgiram na Cortina de Ferro, principalmente na URSS, fossem homens ou hermafroditas. Entretanto, é bastante sintomático que, após a obrigatoriedade da verificação do sexo, alguns fenômenos ‘femininos’ não tenham comparecido ao México e, a par disso, a URSS tenha perdido a

hegemonia no atletismo feminino, que mantinha há anos. (*Jornal dos Sports*, 1968, p. 6)

Cumprido ressaltar que os exames de feminilidade já tinham sido realizados antes, nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, em 1967, conforme revelava a notícia publicada:

Cerca de 100 moças que vão tomar parte nas provas de atletismo, serão submetidas aos exames médicos, sob a supervisão da Dra. Shenna Guest, uma das maiores autoridades femininas em medicina no Canadá. O Dr. Max Avren, chefe geral do departamento médico dos Jogos Pan-Americanos, afirmou que tal medida é necessária, uma vez que, em recentes competições atléticas, homens atuaram em torneios reservados para moças: - ‘existem homens que tem características femininas, mas que possuem energia e força de homens’, afirmou o Dr. Max Avren, aduzindo que os ludibriadores ao competir contra outras mulheres desfrutavam de indubitável vantagem, sendo que a maioria eram semelhantes sexualmente falando. (*Jornal dos Sports*, 1967, p. 7)

Segundo afirma a bióloga Fausto-Sterling, 2002, a criação dos testes de sexo pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) refletiu, na verdade, ansiedades políticas típicas da Guerra Fria, pois havia rumores de que alguns competidores pertencentes aos países da chamada “Cortina de Ferro” tentavam obter glórias para a causa comunista se disfarçando de mulheres, conforme ficava explícito na visão do médico português Anibal Costa em relação à hegemonia do atletismo feminino, da extinta União Soviética. Para além dessa questão, a criação dos testes de feminilidade certamente evidenciava a preocupação de conter no campo esportivo o avanço dos movimentos de minorias políticas, que reivindicavam a liberdade sexual naquele contexto internacional, como feministas, lésbicas e gays.<sup>5</sup> Com efeito, a permanência da obrigatoriedade desses exames em competições esportivas internacionais, até o final dos anos 1990,<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Convém dizer que os critérios para a verificação do sexo em competições esportivas internacionais se transformaram ao longo do tempo. No início, uma junta médica realizava uma “revisão física” da genitália. No entanto, com os avanços da genética, se tornou possível realizar uma análise laboratorial do material extraído da mucosa bucal das atletas em busca da existência de cromossomas XY. Hoje são realizados vários procedimentos, inclusive, a análise de imagens (ultrassonografia) para verificar a existência de testículos intra-abdominais nas atletas. Cf. França, 2009).

<sup>5</sup> Sobre a emergência de novos atores políticos nessa conjuntura, ver Araujo 2007, pp. 323-353.

<sup>6</sup> Hoje os testes de feminilidade não são mais uma rotina. Porém, eles são realizados sempre que algum órgão da comunidade esportiva internacional suspeita da feminilidade de uma atleta, como no caso recente da atleta negra sul-africana Caster Semenya, especialista na prova dos 800 m, que fez os testes em 2011. Sobre o caso de Caster Semenya, ver West, 2011.

confirmava o recrudescimento da discriminação de gênero no cenário esportivo mundial por meio da vigilância política do corpo e do sexo. Mais ainda: apontava para uma nova reconfiguração das relações de gênero nessa conjuntura, onde atletas consideradas de “sexualidade duvidosa” eram (e ainda são) estigmatizadas por apresentarem sinais corpóreos “ambíguos”, sendo banidas das competições internacionais até que realizassem os procedimentos solicitados para adequação ao gênero (tratamento hormonal e cirurgia corretiva da genitália), conforme o caso da judoca brasileira Edinanci Silva, entre outras atletas estrangeiras.<sup>7</sup> Vulgarmente conhecidas como “hermafroditas”, essas competidoras apagavam as rígidas fronteiras de uma ordem binária e heterossexual, enfraquecendo as afirmações sobre as diferenças sexuais (Fausto-Sterling, 2002). Conforme ela destaca,

O sexo de um corpo é complexo demais. Não existe isso ou aquilo. Existem nuances de diferença (...) Rotular alguém como homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo. Além disso, nossas crenças sobre o gênero também afetam o tipo de conhecimento que os cientistas produzem sobre o sexo e o corpo.” (Fausto-Sterling, 2002)

Segundo a autora, atletas intersexuais, passíveis de serem identificadas através dos testes de feminilidade, são consideradas heréticas, pois não

<sup>7</sup>Para passar nos testes de feminilidade e participar das Olimpíadas de 1996, em Atlanta, Edinanci Silva realizou duas cirurgias: a orquiectomia bilateral (retirada dos testículos intra-abdominais) e a clitoridectomia (reconstrução da genitália e diminuição do clitóris, considerados maiores do que o normal e capazes de ter uma “ereção” e “penetrar” uma mulher), de acordo com o Dr. Walter Koff, responsável pelos procedimentos cirúrgicos na atleta, que ainda teve que se submeter ao tratamento hormonal para reduzir a quantidade de testosterona no seu corpo. O médico ginecologista que indicou a cirurgia para a Edinanci, Fernando Freitas, disse que a atleta tinha problemas físicos e emocionais por possuir “genitália ambígua” e, por isso, recomendou as intervenções, independentemente da sua atividade profissional e da perspectiva de participação nos Jogos Olímpicos. Porém, contraditoriamente, ele afirmou que as cirurgias foram realizadas em Edinanci Silva para deixá-la em condições de passar em dois exames de feminilidade do COI: o de existência da genitália feminina (vagina) e o de níveis de hormônio masculino até 5% do total (na judoca, a carga de testosterona era de 60%). Mesmo assim, Edinanci continua a ser XY. Dados obtidos na reportagem de Jockyman, 1996. Sobre o caso de Edinanci Silva e as matérias sensacionalistas produzidas pela imprensa latino-americana, ver França, 2009. Sobre as representações que envolvem a intersexualidade, ver Lavigne, 2009.

cabem naturalmente em classificações binárias; só o instrumento cirúrgico pode fazê-las caber. Portanto, indivíduos intersexuais que corporificam os dois sexos e contribuem para desafiar o modo como tradicionalmente concebemos a identidade sexual e de gênero – baseadas numa norma binária e heterossexual – devem ser ajustados para manter e perpetuar a desigualdade de gênero. Assim, para Anne Fausto-Sterling, negar os usos de dualismos (pares de conceitos, objetos ou sistemas de crenças opostos) pressupõe romper com os argumentos hierárquicos que entendem e explicam o mundo, tais como sexo/gênero; corpo/mente; macho/fêmea; natureza/criação, etc.

Ao compartilhar do pensamento de Judith Butler, teórica feminista para quem o corpo é um suporte material que também produz significados sociais a partir dos conceitos e pontos de vista normativos sobre sexualidade e gênero, Anne Fausto-Sterling sugere atentarmos para as discussões médicas e científicas travadas em torno da “invisível química do corpo” – impossível de ser vista a olho nu –, sobretudo em relação às categorias de hormônios sexuais, criadas no período de 1900 a 1940. Tal qual o sexo é literalmente construído, “passível de ser removido para criar órgãos genitais ‘apropriados’ em pessoas nascidas com partes do corpo que não são facilmente identificáveis como masculinas ou femininas, os hormônios se tornaram marcadores da diferença sexual”, da mesma forma, diz a bióloga. Dessa maneira, “a descoberta do hormônio sexual ou de seu receptor em qualquer parte do corpo torna sexual aquela parte do corpo previamente neutra em relação ao gênero”.

Com efeito, a pesquisa científica envolve um processo histórico de construção do conhecimento revelador das idéias pré-existentes sobre a diferença sexual. É nesse sentido que a bióloga se remete às concepções de Judith Butler, pois como a idéia do material já nos chega contaminada; já contém noções de gênero e sexualidade, ela não pode ser um recurso neutro sobre o qual construir teorias “objetivas e científicas” do desenvolvimento e diferenciação sexual. Assim, Butler sugere que olhemos para o corpo como um sistema que, simultaneamente, produz significados sociais e é produzido por eles, exatamente como qualquer organismo bioló-

gico sempre resulta das ações simultâneas e combinadas de natureza e criação. Para ela “os domínios da biologia, anatomia, fisiologia, composição hormonal e química, doença, idade, peso, metabolismo, vida e morte não podem ser negados” (Apud Fausto-Sterling, 2002).

A par dessas formulações teóricas, é possível compreender melhor como os papéis sociais e as capacidades físicas de homens e mulheres, bem como àqueles relativos ao comportamento sexual e ao desenvolvimento do cérebro, são permanentemente construídos em função de contextos sociais e históricos específicos, carregando consigo marcas e saberes produzidos pelas novas concepções e teorias do pensamento médico e científico. Com efeito, o surgimento dos exames de sexo criou um novo estigma social no mundo esportivo. A partir daí, as atletas “hermafroditas”, dito melhor, intersexuais, foram rotuladas como “malformadas”, “aberrações”, “deformadas” ou “desviantes” por apresentarem cromossomas ou genitália “ambígua”. Tais atletas eram banidas das competições ou, caso quisessem continuar suas carreiras esportivas, deviam sofrer intervenções cirúrgicas para solucionar a “anormalidade” e se adequar ao sexo feminino. Essas cirurgias “normalizadoras”, algumas vezes realizadas logo nos primeiros meses ou anos de vida e, portanto, sem o consentimento dos recém-nascidos, tem sido denunciadas como mutilações genitais por movimentos GLBTI que lutam pela diversidade sexual, sendo vistas prioritariamente como “questões de gênero”, porque revelam a insistência da comunidade médica internacional de reforçar estereótipos de “feminilidade” e “masculinidade” (Cabral, 2009). Nesse sentido, o autor discorre sobre a importância de se abordar a intersexualidade como uma questão que corresponde, de maneira central, aos diretos sexuais e à diversidade corporal, sem necessidade de *medicalizar* (grifos do autor) sua ocorrência, nem mesmo transformá-la em um estado corporal objetivo ou uma etiqueta identitária igualmente objetiva. Trata-se, na verdade, de evidenciar a rigidez do sistema sexo-gênero que rege esporte, mídia e representações em geral e encarar a questão dos limites entre diferenças físicas de homens e mulheres postas pela hetero-normatividade (West, 2011). Ou, como propõe Cabral, encarar o desafio de admitir que a di-

versidade é incompatível com o pensamento único.

Com certeza, médicos e militares brasileiros estavam bastante atentos aos debates travados por seus coetâneos no campo esportivo, a partir da criação dos testes de feminilidade em plena Guerra Fria, sobretudo em relação às suspeitas de “hermafroditismo” que pesavam sobre algumas comunistas do atletismo feminino, da antiga URSS. Embora o médico português Aníbal Silva e Costa Machado não pudesse comprovar “cientificamente” a crença dominante de que as irmãs Press fossem “homens disfarçados de mulheres para obter ganhos para a causa comunista”, para ele e outras autoridades esportivas a simples ausência dessas atletas nas Olimpíadas do México, realizadas em 1968, era um forte indício dessas desconfianças. Como o Dr. Max Avren disse, tratava-se de “homens com características femininas, mas que possuíam energia e força de homens”. Dessa forma, a criação dos exames de feminilidade, com o objetivo de banir a sobrevivência de atletas “hermafroditas”, contribuiu para o recrudescimento da discriminação de gênero no espaço esportivo brasileiro e, até mesmo, para sua reconfiguração. Talvez, inclusive, seja possível especular que as polêmicas travadas em torno dos testes de sexo tenham servido de argumento para validar a inclusão de novas modalidades esportivas proibidas às mulheres brasileiras, em 1965, como o rugby, halterofilismo, baseball, lutas, futebol de praia, de salão e pólo aquático, vistos como espaços de reserva masculina e, quem sabe, reduto de “hermafroditas”, de acordo com as dúvidas e desconfianças do pensamento dominante.

Nesse sentido, não é difícil entender porque alguns fenômenos esportivos do atletismo feminino brasileiro, como Irenice Rodrigues e outras, assumiram significado subversivo num cenário marcado por descobertas científicas e forte polarização ideológica. Assim como os movimentos de contracultura pregavam a liberdade sexual, o uso de drogas, a paz e o amor, o fim do racismo e da guerra do Vietnã, sendo reprimidos por contraporem-se aos valores e costumes moralistas da sociedade de consumo capitalista, as atletas brasileiras que desafiavam padrões de comportamento feminino ou concepções rígidas e dualistas de sexualidade, identidade sexual e gênero, eram

alvo de suspeita, vigilância e censura política. Em um mundo cercado por vários tipos de contestações, medos, receios e dúvidas, seus corpos materializaram transgressões, lutas e resistências às diferentes formas de dominação e exclusão existentes.

### Fontes

- Jornal dos Sports, “Irenice pode voltar com medalha”, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1967.
- Jornal dos Sports, 9 de agosto de 1967.
- Jornal dos Sports, “Aída diz que Brasil deve apoiar atletas”, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1967.
- Jornal dos Sports, “Moça humilde honrou o atletismo brasileiro: Aída é a 4ª do mundo e foi a salvação da pátria!”. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1964.
- Jornal dos Sports, “Comitê não confirma expulsão de Irenice”. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1968.
- Jornal dos Sports, 4 de outubro de 1968.
- Jornal dos Sports, “Uma pedrinha na chuteira: pugilismo olímpico feminino”. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1968.
- Jornal dos Sports, “Nadadoras não mostram seu sexo”. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1968.
- Jornal dos Sports, “Olimpíadas venceram a guerra dos sexos”. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1968.
- Jornal dos Sports, “Moças vão ao exame de sexo”. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1967.
- Revista do Fluminense, Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1954.
- Revista do Fluminense, Rio de Janeiro, n. 178, mar-abril 1976.
- Revista do Fluminense, Rio de Janeiro, n. 137, agosto 1969.
- Revista do Fluminense, Rio de Janeiro, n. 196, mar-abril de 1979.
- Revista do Fluminense, Rio de Janeiro, n. 200, nov-dez. de 1979.

### Referências bibliográficas

- ANSART, Pierre (2004). “História e memória dos ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, Editora Unicamp.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento (2007). “Lutas democráticas contra a ditadura.” In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia*. 1964. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, vol. 3.
- BOURDIEU, Pierre (2004). “Programa para uma sociologia do esporte. In: *Coisas ditas*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- CABRAL, Mauro (2009). “Apresentação”. In: *Interdictiones*. Escrituras de la intersexualidad en castelhana. Mulabi, Anarrés editorial. Disponível em <http://www.mulabi.org/Interdictiones2.pdf>
- COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (2004). *Sonho e conquista: a participação do Brasil nos Jogos Olímpicos do século XX*. Rio de Janeiro, Ed. Ouro sobre Azul.
- ELIAS, Norbert (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.
- ELIAS, Norbert (1992). *A busca da excitação*. São Paulo, Ed. DIFEL.
- GOLDENBERG, Mirian (2007). “Leila Diniz, 1945-1972”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia*. 1964. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, vol. 3.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário (2007). *A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade*. São Paulo, Ed. Companhia das Letras.
- FRANÇA, Isadora Lins (2009). “Ahora, es toda una mujer: un análisis del caso Edinanci Silva en los medios latinoamericanos”. In: *Interdictiones. Escrituras de la intersexualidad en castelhana*. Mulabi, Anarrés editorial. Disponível em <http://www.mulabi.org/Interdictiones2.pdf>.
- JOCKYMAN, André. “Dúvida no tatame”. In: revista *Isto É*, 5 de junho de 1996. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe/comport/139214.htm>
- LAVIGNE, Luciana (2009). “La regulación biomédica de la intersexualidad. Un abordaje de las representaciones socioculturales dominantes”. In: *Interdictiones. Escrituras de la intersexualidad en castelhana*. Mulabi, Anarrés editorial. Disponível em <http://www.mulabi.org/Interdictiones2.pdf>.
- STERLING, Anne-Fausto (2002). “Dualismos em duelo”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, Ed. Unicamp, n. 17-18,.
- SOIHET, Rachel (2004). “Pisando no sexo frágil”. In: *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro, Ed. Vera Cruz, janeiro de 2004.
- VARIKAS, Eleni (1997). “O pessoal é político”. Desventuras de uma promessa Política. In: *Revista Tempo*. Niterói, EdUFF.
- WEST, Mary (2011). “When Something Stands Up, Something Stands Up Right Besides it”. Caster Semenya and “the quiet violence of dreams”. In: *The Journal of Diversity in Organizations, Communities and Nations*. USA, Ed. University of Illinois, vol. 10, n. 5.